

Valor

Especial

Bancos de desenvolvimento



Suchodolski: desafios cada vez mais complexos das instituições de fomento



Alvarez, da Alide: compartilhamento de experiências em diferentes temas



Maria Netto, do BID: operação deve ir além das demandas de crédito

Revisão de pauta

Agenda 2030 muda papel de instituições de fomento. Por **Livia Ferrari e Mônica Magnavita**, para o Valor, de Belo Horizonte

As mudanças aceleradas na ordem global trazem desafios complexos para os bancos de desenvolvimento, que estão cientes da necessidade de se adaptarem à nova agenda. Cenário econômico restritivo, com escassez de recursos públicos e desaceleração de crescimento internacional, mudanças climáticas alterando o tradicional modelo negócios, tecnologias disruptivas, desigualdade regional e social e tendência de queda de taxas de juros são o pano de fundo de uma nova realidade que se impõe e que exigirá dos bancos de desenvolvimento uma redefinição expressiva de seu papel. Certos da relevância que terão nesse novo cenário, dirigentes de 29 instituições de fomento de 11 países se reuniram, em Belo Horizonte, no 1º Encontro de Economistas-Chefe dos Bancos de Desenvolvimento da América Latina.

Quais as ações necessárias para fazer frente aos desafios propostos pela Agenda 2030, das Nações Unidas? Qual o novo papel dos bancos de desenvolvimento diante da revolução digital trazida pela inovação, da maior incorporação da pequena empresa na economia, da infraestrutura, da mudança climática? Questões como essas foram discutidas durante os dois dias do evento promovido pelo Banco Inter-

americano de Desenvolvimento (BID), pela Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide) e pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), que sediou o encontro. Houve consensos relevantes, sobretudo no que se refere à necessidade de redefinição no modelo de atuação dos BDs, de diversificação de fontes de recursos, e da incorporação da agenda de sustentabilidade e de tecnologias digitais.

Algumas palavras-chave se destacaram, por exemplo: adicionalidade, digitalização, funding, sustentabilidade, foco. Alguns conceitos também: a Agenda 2030 é uma realidade e cabe aos BDs incorporarem os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) à sua nova forma de atuação; BDs não devem competir com o setor privado, mas buscar a complementaridade; a atuação vai além do financiamento, devendo incluir a assunção de riscos, dando garantias para viabilizar projetos financiados por bancos privados; incorporação de novas tecnologias, digitalização e busca de parceria com fintechs; e participação em políticas públicas.

"As discussões partem de uma premissa central: os desafios enfrentados pelas instituições de fomento, em escala global, são cada vez mais complexos, tanto pelo

cenário econômico restritivo, quanto pela transformação do modelo de se fazer negócios", diz o presidente do BDMG, Sergio Gusmão Suchodolski. Para ele, foco estratégico nas necessidades de desenvolvimento sustentável é condição mandatória para o futuro do desenvolvimento na América Latina.

O secretário-geral da Alide, Edgardo Alvarez, acrescentou mais um elemento ao processo: a cooperação entre bancos e instituições financeiras de fomento. "Queremos compartilhar experiências em diferentes temas, como competitividade e complementariedade com bancos privados", disse. Segundo ele, existem diferentes modelos de BDs, e todos têm como objetivo comum a inclusão.

Romy Calderón, chefe de estudos econômicos da Alide, é enfático: a Agenda 2030 mudará o papel dos bancos de desenvolvimento. Entre as transformações globais na economia uma das que mais demanda atenção é a tecnológica, pela alteração causada nas operações das instituições financeiras. "Há hoje intensa utilização do meio digital. Bancos chegam onde antes não chegavam, com baixo custo e sem a intermediação das tradicionais agências. Com um celular, pode-se aprovar um crédito e fazer consultas. Isso tem grande impacto, em especial nos bancos de desen-

volvimento, porque devem atender a setores sem acesso ao crédito e chegar a regiões distantes, excluídas financeiramente", diz.

Outro tema relevante na Agenda 2030 tem a ver com a mudança climática, que implicará transformações na cadeia de produção e em infraestrutura urbana. Há cidades onde antes não chovia e hoje chove. Com isso, toda produção agrícola e infraestrutura urbana — estradas, vias públicas, edificações — precisam ser adaptadas às novas condições climáticas, sob risco de inundação e deterioração. "Precisamos estar preparados para atuar com efetividade nesses casos, financiando a produção de novas culturas e adaptação da infraestrutura", afirma Calderón.

Prospecção é outra palavra-chave. Os BDs devem ter em mãos instrumentos para enfrentar questões antevistas por informações do presente, como o aumento da concentração urbana. Atualmente, 82% da população da América Latina vive em cidades, e deverá atingir 90% nos próximos dez anos, quando a região será a maior do mundo nesse quesito. "Há necessidade de maior investimento em infraestrutura, serviço básico, escolas, hospitais", diz o economista da Alide. "Todo esse contingente demandará mais emprego, o que significa financiar

o desenvolvimento de empresas e indústrias. A inclusão financeira será fundamental."

João Ferraz, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e mediador do debate sobre mudanças econômicas globais, acredita que os BDs terão que ser instituições fortes, com visão prospectiva e estrutura de capital à altura dos desafios do desenvolvimento, diante do cenário de disputa de hegemonia mundial, desaceleração econômica, incertezas sobre o impacto do processo tecnológico e desigualdade entre países, questões sérias para os BDs pensar seu futuro. Por isso, devem desenvolver instrumentos para enfrentar esses desafios plenos de incertezas.

Rafael Brigo, gerente de estudos econômicos do Banco de la Provincia de Buenos Aires, trouxe ao debate preocupação com os impactos do avanço de novas tecnologias sobre o emprego. Nesse sentido, os BDs devem avaliar a necessidade de financiar o desenvolvimento de novas capacidades e de conhecimento de trabalhadores para fazer frente à demanda por mão de obra que surgirá a partir das novas tecnologias. Quais serão os empregos do futuro? "Há dez anos, nenhum de nós escutava algo como quero ser um youtuber. O desafio é pensar qual será o novo youtuber do futuro e

tentar desenvolver financiamentos para essas novas habilidades", diz.

Os bancos de desenvolvimento precisam ter agilidade para acompanhar as rápidas mudanças na economia, na visão de Juan Pablo Durán, presidente do Banco de Desenvolvimento de El Salvador, e a transformação está ligada à Agenda 2030. O mercado que arrasta a economia na sua velocidade de negócios tem demonstrado que é um bom gerador de riquezas, mas também um bom destruidor. Entre os efeitos secundários estão aqueles que ocorrem sobre o meio ambiente e sobre a estrutura social; a contaminação do ar, da água e da terra; o grande número de excluídos; e a pouca equidade na distribuição.

"Os bancos de desenvolvimento têm que fazer seu trabalho, com visão clara dos setores excluídos pelo mercado, dos setores que precisam de financiamento em condições especiais", afirma. Segundo ele, entre os desafios está a divisão de espaço com o setor privado. "O mercado distribui financiamentos à sua maneira e vai deixando no caminho setores excluídos, alta contaminação do meio ambiente, uma série de efeitos negativos próprios da sua atuação. Os bancos de desenvolvimento devem encontrar o papel mais eficiente para atuar nesse contexto."

Cooperação entre setores público e privado deve crescer

De Belo Horizonte

O ambiente de restrição fiscal, em que países da América Latina e Caribe perderam capacidade de investir, impõe novos arranjos de cooperação entre setores público e privado para prover financiamentos em áreas cruciais para o desenvolvimento, como a infraestrutura. Romy Calderón, da Alide, lembra que pelos menos 25 países da região enfrentam situação de crise fiscal, com limitação de recursos públicos para tocar projetos do setor produtivo. A tendência é de queda nos ativos dos bancos de desenvolvimento do continente. A

carteira de projetos na região soma US\$ 750 bilhões, 15% abaixo dos valores de 2016.

A necessidade de financiamento é gigantesca diante das carências do continente latino-americano. "A região investe apenas 3% do PIB ao ano em infraestrutura. Deveria, no mínimo, dobrar o percentual", diz Enrique García, com a autoridade de quem foi, durante 25 anos, presidente do hoje Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). Em sua gestão, o CAF, originalmente andino e com cinco países fundadores, tornou-se uma das principais fontes de fi-

nanciamento multilateral da região, com 19 países.

A busca por novas fontes de recursos, com captações junto a investidores institucionais, como fundos de pensão e seguradoras, foi alternativa apontada pelos representantes de bancos de desenvolvimento. Até porque, conforme consenso entre participantes do encontro, há abundância de recursos nos mercados globais, com investidores ávidos para aplicar dinheiro em negócios que garantam retorno.

Mas como atraí-los para inversões na América Latina, região que, segundo García, vem perdendo

importância relativa no cenário internacional? Do ponto de vista político-institucional, a resposta passa pela estratégia de recuperação do poder de influência dos BDs junto a governos na formulação de políticas públicas em direção à Agenda 2030.

Na ótica da prática financeira, a situação exige instrumentos financeiros inovadores, relacionados a questões de riscos, capazes de dar segurança a investidores institucionais. "As instituições públicas de fomento precisam ir além do que simplesmente financiar ou somente responder a demandas de crédito", afirma Maria

Netto, especialista da divisão de conectividade, mercados e finanças do BID. Para ela, há também necessidade crescente de os bancos públicos se justificarem como instituições de apoio ao desenvolvimento sustentável e demonstrar os impactos social e ambiental dos projetos apoiados. O processo exige a implementação de modelos e métricas de monitoramento e avaliação de externalidades. É o que Suchodolski, do BDMG, chama de adicionalidade, conceito no qual os bancos de desenvolvimento "deixam de ser meros repassadores de recursos baratos, como foram no passado, e passam a agre-

gar mais valor em suas entregas à sociedade".

Apesar do consenso sobre a necessidade de mudança na atuação dos BDs, Philippe Orliange, diretor da Agência Francesa de Desenvolvimento enfatiza que eles estão ganhando protagonismo internacional, como demonstra a criação do IDFC, entidade que reúne os BDs de diversos países, com financiamentos anuais de US\$ 600 bilhões. "Os bancos de desenvolvimento não causaram a crise em 2007 e 2008, quem causou a crise foi a banca privada. Os BDs estão do lado da solução, não do problema, ao contrário do que falam." (LFeMM)

Especial Bancos de desenvolvimento

Estratégia Negociações estão avançadas com o Banco de Desenvolvimento da América Latina

BDMG planeja ter mais parcerias com órgãos multilaterais

Lívia Ferrari
Para o Valor, do Rio

O presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Sérgio Gusmão Suchodolski, há seis meses no cargo, tem tarefa intensa pela frente: reposicionar a atuação do banco regional levando em conta desafios globais do desenvolvimento econômico, social e ambiental. Não é por acaso, portanto, que o BDMG foi o anfitrião do 1º Encontro de Economistas-chefes dos Bancos de Desenvolvimento da América Latina, cujas informações e troca de experiências contribuirão para a formulação do novo planejamento estratégico da instituição para os próximos três anos, que será submetido ao conselho de administração em dezembro.

“É importante conversar com os outros bancos de desenvolvimento, brasileiros, da América Latina, de diferentes países, com tamanhos e características distintas, modelos e instrumentos próprios

de atuação”, diz Suchodolski, ressaltando a importância do encontro, que, em cooperação com a Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras (Alide), reuniu, durante dois dias, em Belo Horizonte, representantes de governo, lideranças e especialistas.

No processo de construção da nova estratégia, o banco mineiro quer ser plataforma para o desenvolvimento sustentável, contribuindo para a implementação de projetos da Agenda 2030. O planejamento estratégico em fase de elaboração vai orientar a política operacional do banco, a distribuição e a classificação de sua carteira de financiamentos.

“O maior banco estadual de desenvolvimento do país é uma espécie de laboratório de políticas públicas, estando presente em 88% dos municípios de Minas Gerais, Estado que responde por 10% do PIB brasileiro”, diz o presidente.

Com o fim de repasses de fundos estaduais, o BDMG foi atrás de novos mecanismos de apoio e de

fundings. Um dos alvos de Suchodolski é intensificar a captação de recursos junto a organismos multilaterais, bancos de desenvolvimento e agências de fomento.

Ele informa que há conversas com o Banco Europeu de Investimento (BEI) e negociações avançadas com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) para contratos relacionados às metas de desenvolvimento sustentável. Já com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB), o acordo de cooperação técnica envolve a elaboração de metodologias e práticas de medição de impacto de desenvolvimento. “Esse trabalho vai permitir aprimorar a atuação do BDMG e facilitar a interlocução com nossos parceiros, pois serão adotadas métricas em comum de aferição da eficácia de resultados”, explica Suchodolski.

Recentemente, o BDMG firmou memorando de entendimento com o (Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) e com o IFC (Corpora-



Encontro de economistas-chefes dos bancos de desenvolvimento da América Latina: troca de experiências e dados

ção Financeira Internacional, do Banco Mundial). Com este último, o foco é a estruturação de projetos destinados à diversificação econômica de municípios mineradores.

Com saldo em carteira de R\$ 5,8 bilhões, as fontes de recursos do BDMG são, principalmente, retornos de financiamentos, fundos federais geridos pelo banco, repasses do BNDES e da Finep, captação em plataformas digitais, emissão de LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) e Fundação Renova, pós desastre de Mariana.

Segundo Suchodolski, os desembolsos do banco atingiram R\$ 662 milhões, entre janeiro e julho

de 2019, sendo 88% dos clientes atendidos por plataforma digital, onde é possível simular as condições financeiras das operações e contratá-las. O executivo do BDMG quer ampliar a inovação no banco, que conta, hoje, com 15 fintechs (startups que trabalham na inovação de serviços financeiros), com aportes de fundos de venture capital de R\$ 7,5 milhões. O saldo de crédito em projetos de inovação atinge R\$ 159 milhões.

“É preciso combinar novas tecnologias, digitalização no setor bancário com o financiamento do desenvolvimento, ampliando otimização e ganhos de eficiência

operacional”, afirma ele, convencido de que o banco, além de provedor de recursos, é agregador de valor, com serviços de estruturação de projetos, mapeamento da economia mineira, e instrumentos financeiros adequados às necessidades de cada setor.

Entre as linhas de apoio do BDMG a projetos sustentáveis, ele cita a destinada a micro e pequenas empresas comandadas por mulheres, que desembolsou R\$ 46 milhões entre março de 2018 e julho de 2019. O apoio a energias renováveis também é destaque do banco, com saldo de carteira de R\$ 44,7 milhões.

Bancos criam linhas para energia renovável

Mônica Magnavita e Lívia Ferrari
Para o Valor, do Rio

A matriz energética brasileira é considerada referência mundial pela elevada participação, de 45,3%, de fontes renováveis em sua composição. Ainda assim, há um bom espaço para aumento da fatia da chamada energia verde no consumo do país. Com essa visão, bancos de desenvolvimento e organismos multilaterais vêm criando programas de financiamento para a transição energética rumo a uma matriz limpa, em linha com a Agenda 2030 das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável. É o que mostram as carteiras dessas instituições, que aumentaram seus financiamentos a projetos de usinas eólicas e solar.

Pioneiro no financiamento de projetos de energias renováveis no Brasil, com de cerca de R\$ 36 bilhões aprovados nos últimos cinco anos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entrou firme no financiamento à geração solar. A carteira reúne cinco operações aprovadas, com investimentos de R\$ 2,8 bilhões e capacidade de quase 500 megawatts.

O banco também está empenhado na expansão de eficiência energética e geração distribuída (GD), que tem 1 gigawatt de potência instalada, com fonte basicamente solar, e acaba de lançar nova linha: BNDES Direto 10, para operações entre R\$ 1 milhão e R\$ 10 milhões, com prazo de amortização de até onze anos. “O Brasil precisa avançar em eficiência energética e geração distribuída” diz superintendente da área de energia do BNDES, Carla Primavera.

Atualmente no país, o banco de desenvolvimento alemão KfW destinou US\$ 500 milhões nos últimos dez anos para financiamento de usinas de energia eólica. Só em 2018, conforme Martin Schröder, diretor do KfW no Brasil, foram R\$ 120 milhões emprestados ao BNDES, seu principal parceiro no Brasil, para o ProClima, programa destinado à mitigação das mudanças climáticas por meio de financiamento a projetos de eficiência energética e energias renováveis, como parques solares em Minas Gerais, iluminação pública e cogeração na indústria.

No Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), os contratos para projetos de ener-

gia renovável dentro do programa Produção e Consumo Sustentáveis (PSC) cresceram 14,5% entre dezembro de 2016 e agosto deste ano, atingindo R\$ 1,3 bilhão, de um total de R\$ 1,6 bilhão contratado nos últimos quatro anos também para setores de agricultura de baixo carbono, gestão de resíduos e uso sustentável da água. Os projetos em energia eólica e solar são destaques do PSC, segundo Luciano Feltrim, superintendente de planejamento e sustentabilidade do BRDE, e são demandados por empresas de porte e setores variados como supermercados, confeitarias, fábricas de móveis e escolas.

A La Salle foi uma delas. A instituição contratou R\$ 6,4 milhões com o BRDE para instalação de dois parques de geração de fonte fotovoltaica em Nova Santa Rita e em Viamão (RS). As usinas, que terão capacidade de 2 MW, fornecerão energia para 12 unidades da La Salle. Além da economia, de cerca de 60%, as usinas serão utilizadas no processo educativo, com duas estações meteorológicas, utilizadas para pesquisa acadêmica, segundo Graciela Oliveira, coordenadora de comunicação e marketing da empresa.

A agenda renovável também incluiu o biogás. A Ecometano, associada da ABiogás, é pioneira no Brasil na produção de gás natural a partir de resíduos sólidos. Ela tem unidades em São Pedro da Aldeia (RJ) e em Caucaia (CE), cujo aterro sanitário recebe em média 4 mil toneladas de resíduos sólidos por dia. Com investimentos de R\$ 100 milhões, a planta cearense contou com financiamentos do Banco do Nordeste (BNB) e a empresa está em nova negociação com o banco para a expansão da usina.

Segundo Melina Ushida, gerente de novos negócios da Ecometano, a capacidade de geração de biometano de Caucaia é de 90 mil m³ por dia e 100% da produção é injetada na rede de distribuição de gás natural da Cegás, a concessionária local. “O biometano já representa 20% de todo o gás natural comercializado no Ceará”, lembra.

Projetos de energias renováveis são foco também do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). “Temos uma carteira com mais de R\$ 45 milhões em projetos fotovoltaicos, 77% deles no norte do Estado”, diz o economista-chefe do banco, Adauto Modesto Junior, destacando o potencial da região,

Desembolsos do BNDES

Em R\$ bilhões



Aprovações do BNDES

Em R\$ bilhões



Fonte: BNDES. * Até junho/2019

com grande incidência solar. Em processo para a instalação de escritório regional das Américas, com sede em São Paulo, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) vem construindo uma carteira sólida de projetos no Brasil. Conhecido como o banco do Brics, a instituição aprovou US\$

621 milhões em projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no país. Os projetos no Brasil representam 6,2% da carteira total do banco. “A meta é elevar o percentual para até 20% a médio prazo”, destaca Cláudia Prates, diretora geral do escritório regional Américas.

Crise fiscal afeta investimentos de maior porte em mobilidade urbana

Do Rio

A crise fiscal de Estados e municípios, com impactos sobre a capacidade de investimentos, é obstáculo para o cumprimento de metas de mobilidade urbana, previstas na Agenda 2030 de sustentabilidade.

O BNDES, o maior financiador de projetos do setor, com desembolsos de quase R\$ 28 bilhões nos últimos cinco anos, tem hoje carteira reduzida de projetos aprovados em mobilidade urbana, de R\$ 351 milhões nos primeiros seis meses do ano. Investimentos para implantação de metrô ou trem urbano, de maior custo, sumiram da carteira do banco.

“Estamos desembolsando muito pouco comparativamente a anos anteriores. Não por falta de demanda por investimentos. O cenário é de restrição fiscal, e o setor de mobilidade depende muito de recursos públicos”, explica Rafael Pimentel, chefe do departamento de mobilidade urbana e logística do BNDES. “O custo de implantação de um quilômetro de metrô

chega a R\$ 600 milhões”, diz ele.

A expectativa atual é a de trabalhar com projetos de cidades médias, de valores menores de investimentos. É o caso do corredor de BRT de Sorocaba (SP), recém aprovado pelo banco, com financiamento de R\$ 200 milhões. Além disso, está em análise no banco projeto para implantação de monorail em Salvador (BA).

As linhas de mobilidade urbana são umas das mais competitivas do banco, lembra Anie Amicci, gerente do mesmo departamento. Para obras de construção, o spread básico é de 1,3% ao ano. Para aquisição de composições e material rodante para o sistema metroferroviário (linha de meio ambiente — máquinas eficientes), o spread é de 0,9% ao ano. Em breve, ônibus elétricos serão também apoiados por esta linha do banco.

O Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), que reúne Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai, financia projetos de mobilidade para municípios de pequeno e médio porte. O Fonplata tem três pro-

jetos em execução, nas cidades de Corumbá, Itajaí e Joinville; outros dois, com as prefeituras de Criciúma e Vila Velha, em fase final de contratação; e três na fila para aprovação, em Tubarão, Santa Catarina e Ponta Porã. Há outros 13 projetos à espera de aprovação do governo brasileiro e mais 12 no pipeline do fundo, que tem em seu portfólio financiamento ao Brasil de US\$ 220 milhões.

A expectativa, entretanto, é de aprovar, só em 2020, mais US\$ 200 milhões. “Hoje a questão fiscal dos municípios está mais equacionada e há mais conhecimento por parte dos prefeitos das oportunidades de investimentos sustentáveis”, disse Henrique Pisaia, coordenador de alianças estratégicas do Fonplata.

Com € 1,5 bilhão financiados a projetos no Brasil nos últimos 10 anos, o banco de desenvolvimento da Alemanha, KfW, emprestou € 265 milhões ao BNDES para financiar o Veículo Leve sobre Trilhos no Rio de Janeiro e o metrô em Salvador (BA), no modelo de parcerias público-privadas (PPPs). (LF e MM)

De Belo Horizonte

A transformação digital entrou na agenda dos bancos de desenvolvimento como item prioritário, senão urgente. A iniciativa contribui para redução de custos, aumento da produtividade e melhora nos processos para o cliente. Também presente na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, das Nações Unidas, a digitalização é instrumento relevante para reduzir a atual assimetria de acesso ao crédito, sobretudo por parte de pequenas empresas.

Juan Kerterer, chefe de mercados, conectividade e finanças do Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB), deu um bom exemplo sobre o impacto da digitalização para os negócios e seus efeitos sobre a competitividade. No site chinês Alibaba, empresas obtêm crédito em oito minutos na plataforma on-line. Cinco para preencher os dados, três para obter a resposta, zero para o dinheiro entrar na conta, o chamado 5.3.0. Mas tanta agilidade só é possível para aquelas com histórico de ope-

rações com o Alibaba. Para as demais, não há recursos.

A relevância do tema levou o BNDES a investir em sua frente digital, aumentando suas operações com as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Os desembolsos para esse segmento atingiram 97% do número total. Atualmente, 98% das operações indiretas tramitam no BNDES on-line, plataforma digitalizada de todo o relacionamento com a rede bancária, permitindo que as operações sejam realizadas em tempo real, em substituição aos procedimentos manuais. O resultado foi mais de 56 mil novos clientes.

“Nossa rota digital tem a ver com a história do banco de apoio às MPMEs. Estamos fortalecendo nossa atuação da plataforma digital para melhorar políticas públicas de acesso ao crédito”, disse Marcelo Porteiro, superintendente do banco de armazenar um número maior de informações de um

conjunto grande de pequenas empresas. O processo é importante tendo em vista que as MPMEs são um dos mais fortes propulsores do desenvolvimento econômico, da inovação e do emprego, segundo estudo elaborado pelo IFC e pela McKinsey, em 2017.

O BDMG tem iniciativa semelhante. A plataforma BDMG Digital avalia e concede crédito on-line e por uma rede de correspondentes bancários. O desembolso para MPMEs chegou a R\$ 86,1 milhões no primeiro semestre de 2019, 14% a mais do que o mesmo período de 2018. Foram cerca de 300 mil acessos, o dobro do mesmo período do ano passado. O banco também mantém o Hubble, um espaço de conexão entre 15 startups de tecnologia, principalmente fintechs, que já atraiu R\$ 7,5 milhões em investimentos.

Mas na América Latina, a brecha digital atinge de cerca de 40% da população, são aproximadamente 240 milhões de habitantes sem acesso à internet, equivalente um Brasil de analfabetos digitais. (LF e MM)

Especial Bancos de desenvolvimento

Aperto fiscal Estratégia é atrair setor privado para grandes projetos

Diversificação de funding é prioridade das instituições

Livia Ferrari e Mônica Magnavita
Para o Valor, de Belo Horizonte

Diante da conjuntura de escassez de recursos públicos, os bancos de desenvolvimento (BD) da América Latina, inclusive Brasil, enfrentam desafios para diversificação de funding. "Em cenário de restrição fiscal, é preciso ser mais eficiente e otimizar recursos", afirmou Juan Ketterer, chefe da divisão de conectividade, mercados e finanças do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Uma das maneiras, segundo ele, é trazer o setor privado, os investidores institucionais para junto dos BDs, para alavancar investimentos em projetos de infraestrutura, aproveitando o momento de forte liquidez do sistema financeiro mundial. A carteira ativa do BID no Brasil é de US\$ 12,1 bilhões.

"A pergunta é: por que eles não investem aqui? Porque percebem riscos muito grandes", diz o especialista do BID, que participou na semana passada de painel sobre o tema, durante o 1º Encontro de economistas-chefe dos bancos de desenvolvimento da região, realizado em Belo Horizonte. Para minimizar o problema, Ketterer adiantou que o BID vai desenvolver no Brasil programa de garantias para o setor privado, capaz de minimizar riscos de projetos, a exemplo do que já existe em alguns outros países da região.

Otaviano Canuto ex-vice-presidente do Banco Mundial e do BID, enfatizou a necessidade de os BDs passarem a realizar opera-

ções que cubram riscos onde o setor privado se sente menos confortável em gerenciar, tornando possível, dessa forma, o casamento entre a liquidez do setor privado e a necessidade de financiamento público.

Ele propõe que instituições de desenvolvimento ofereçam produtos específicos de mitigação de riscos. "Ao invés da instituição pública financiar o projeto, poderia oferecer um seguro contra determinado risco, o que, talvez, fosse suficiente para tornar o ambiente mais confortável para investidores institucionais", diz.

Na visão de João Carlos Ferraz, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a necessidade de ampliação da capacidade de funding dos BDs, frente às metas globais de sustentabilidade, passa pelo fortalecimento da estrutura de capital.

Para ele, instituições multilaterais de desenvolvimento deveriam, por meio de fundos de equity, fazer aportes no capital regulatório de BDs. "Com capital mais robusto, ampliam-se as chances de captação de recursos no mercado em condições mais favoráveis", explica o professor.

Cláudia Prates, diretora geral do escritório regional Américas do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), observa que o banco do Brics (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), como é conhecida a nova entidade, tem um rating melhor que o dos países membros e, com isso, consegue alavancar capital com custo mais barato.

"O foco do NBD está na infraes-



Cláudia Prates, do NBD: green bonds no mercado chinês para aplicar nos Brics

trutura sustentável, em parcerias com bancos de desenvolvimento regionais e multilaterais, fundamentais para o alcance das metas 2030", disse ela. O NBD captou green bonds no mercado chinês e os recursos foram aplicados em projetos nos países membros, entre eles Brasil.

Um deles, com a Petrobras, no valor de US\$ 200 milhões, para a melhoria ambiental nas refinarias Duque de Caxias (RJ) e Gabriel Passos (MG). Com o BNDES, o contrato de US\$ 300 milhões,

totalmente desembolsado, destina-se a energias renováveis, com geração de 850 MW, 475 mil painéis solares e 277 turbinas eólicas.

Há ainda projeto com o governo do Pará, com investimentos totais de US\$ 125 milhões, sendo US\$ 50 milhões financiados pelo NBD, para saneamento, mobilidade, fibra ótica e telecomunicações, em diferentes municípios. Também no Maranhão, o banco aprovou US\$ 71 milhões para investimentos em rodovias.

Para Troijo, mundo passa por processo de "desglobalização"

De Belo Horizonte

"O mundo está passando por uma mudança de sistema operacional. Até 2008, quando da crise financeira global, o mundo funcionava no sistema operacional globalização profunda. O sistema operacional atual é de risco de desglobalização, onde países adotam políticas comerciais restritivas e questionam a legitimidade de organismos multilaterais."

A linguagem de programação de computador para descrever grandes alternâncias de ciclos é do vice-ministro de Economia, responsável por comércio exterior e assuntos internacionais, Marcos Troijo, que aponta principais características do atual sistema. Uma delas, o "rebalanceamento inédito do G7 (grupo que reúne economias mais avançadas) e emergência brutal das 7 grandes nações emergentes. É o eixo do Atlântico para o Pacífico", diz ele, observando que o PIB desse grupo de emergentes já supera o PIB do G7.

Segundo Troijo, se a China continuar a crescer mais de 5% ao ano, nos próximos dez anos, e os Estados Unidos menos de 1,5% ao ano no mesmo período, o país asiático ultrapassará os EUA como a maior economia do planeta. "Muitos de nós seremos testemunhas oculares desse eclipse raríssimo na história mundial. A última vez que isso ocorreu foi em 1871, quando economia dos EUA ultrapassou a Inglaterra" disse ele, durante o 1º Encontro de economistas-chefe de bancos de desenvolvimento da América Latina.

O vice-ministro considera que o movimento será acompanhado por aumento também na renda per capita de uma região com

enorme contingente populacional, o que provocará incremento na demanda por alimentos, investimentos em infraestrutura.

O cenário traçado por Troijo é o mundo do G2 (China e EUA) e da economia 4.0. "Viveremos não mais o capitalismo, mas, sim, o talentismo", afirma. Para ele, o novo ambiente terá "enormes implicações em como se pensar o desenvolvimento regional".

Em relação à inserção internacional do Brasil, ele disse trabalhar para que bancos multilaterais de desenvolvimento, dos quais o país participa, sejam "amistosos" com seus Estados, municípios e setor privado e atualizem o conceito de infraestrutura, levando em conta as exigências da inovação.

Otaviano Canuto, ex-vice-presidente do Banco Mundial, acredita que o processo de integração da América Latina ficou longe de aproveitar ganhos de escala e de escopo. "A proliferação de acordos comerciais, com preferências tarifárias, é imensa, porém sem resultado efetivo. Não foram capazes de melhorar a competitividade das empresas nem processos de produção da região", diz.

Os asiáticos, ao contrário, segundo ele, têm acordos de integração produtiva de fato, com desenvolvimento de interesses econômicos comuns. Em seu entender, isso rebate no ambiente de negócios, onde a economia 4.0 impõe fragmentação de processos produtivos e emergência de tecnologias.

Para Enrique García, ex-presidente do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), acordos de integração regional são instrumentos estratégicos de presença e influência e, em seu entender, devem ser fortalecidos na AL. (LFE/MM)

Imaginar é encontrar novas soluções, testar alternativas, explorar outros caminhos. Ampliar os horizontes para ir mais longe com sustentabilidade e gerar qualidade de vida para os mineiros. O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais segue evoluindo para ser inovador, competitivo e eficiente. Tudo isso em sintonia com empreendedores, produtores e gestores públicos que estão por todo o Estado. Conectar quem investe e quem realiza, imprimir um olhar diferente sobre a economia e o desenvolvimento de Minas Gerais. Porque o futuro está sendo criado agora.

BDMG
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS

MINAS GERAIS
GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

bdmg.mg.gov.br

BDMG. Novas ideias para o desenvolvimento.

Ouvidoria: 0800 940 5632

Especial Bancos de desenvolvimento

Entrevista Jorge Arbache diz que a Agenda 2030 vai além dos governos

Participação de instituição privada deve ganhar corpo

Denise Neumann
Para o Valor, de São Paulo

O Produto Interno Bruto (PIB) dos 33 países da América Latina e Caribe deve crescer apenas 0,5% em 2019, enquanto os fluxos financeiros para investimentos na região estão 50% menores do que há três anos e os países continuam em forte restrição fiscal, segundo o mais recente relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

O cenário de crise impõe um desafio ainda maior para a atuação dos bancos de desenvolvimento na região, observa o vice-presidente do setor privado do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Jorge Arbache. “Continuar trabalhando diretamente com os governos não será suficiente”, diz, acrescentando que é preciso incluir cada vez mais o setor privado no cumprimento da agenda de desenvolvimento sustentável, tarefa que pode e deve ser adotada pelas agências de fomento.

Otimista, Arbache vê avanços na percepção das empresas e do próprio mercado sobre a importância da Agenda 2030. Leia, abaixo, os principais pontos da sua entrevista ao Valor.

Valor: Qual o desafio dos bancos públicos no atual contexto de crise de crescimento em vários países da América Latina e no mundo?

Jorge Arbache: Um primeiro grande desafio é se engajar uma agenda que tenha um componente de políticas públicas grande e leve aos investimentos que a Agenda 2030 exige no momento que os países da região têm uma grande restrição fiscal. Qual o papel dos bancos? Continuar trabalhando diretamente com os governos não será suficiente. Nosso desafio é encontrar instrumentos que apoiem o setor privado e o público. Passou a fase de ser um compromisso só

do governo levar adiante a agenda de combate à pobreza e às desigualdades, de promoção da agenda de gênero, de desenvolvimento sustentável, de melhorias em saúde e educação. Para isso é necessário pensar de forma não convencional e buscar parcerias que viabilizem a Agenda 2030. Ainda associamos muito a agenda da sustentabilidade com um modelo convencional, de subsídios, de atuação social, mas há muita coisa que pode ser viabilizada pela via do mercado. Ficou mais fácil colocar toda a agenda de responsabilidade social na agenda de mercado porque os clientes prestam atenção em vários pontos, não só na sustentabilidade.

Os investidores não querem perder dinheiro, mas aceitam não ganhar tanto quanto em outros projetos

Valor: É possível ter mais apoio privado para a Agenda 2030?

Arbache: O setor privado está muito mais preparado para esse papel do que no passado. A agenda, contudo, é uma realidade para as grandes empresas e não para as pequenas, que são a imensa maioria. No setor formal, 99% das empresas da região são micro, pequenas e médias, que têm menos poder de levar adiante a Agenda 2030 porque estão muito focadas na sua sobrevivência. Mas de uma forma geral, se olharmos o que temos e o que tínhamos, já avançamos. Para as grandes empresas de mineração, do agronegócio, óleo e gás, mesmo as de manufaturados, o tema da responsabilidade social está



Jorge Arbache, vice-presidente do setor privado do CAF: “Dizer que bancos privados e públicos vão competir entre si, é falar bobagem”

na mesa e veio para ficar. A empresa que não adotar essas práticas, acaba sendo obrigada pelos seus clientes.

Valor: O senhor vê espaço para um trabalho conjunto com os mercados de capitais? Em que áreas? E os interesses não são conflitantes?

Arbache: Tenho certeza que esse espaço existe. Instrumentos modernos do mercado de capitais são importantes para o casamento e o alargamento de prazos de recursos destinados para a infraestrutura e são, portanto, elementos necessários para viabilizar uma agenda mais ambiciosa de investimentos nesse setor. Além disso, bancos como o CAF e o BID [Banco Interamericano de desenvolvimento] têm apoiado fundos que buscam oportunidades de ganhar dinheiro enquanto se presta atenção na Agenda 2030. Existem muitas tecnologias que ajudam a criar emprego e desenvolver negócios lucrativos com menor impacto nas comunidades, como novas energias limpas, de uso mais consciente da água na mineração e na agricultura. A percepção de que é possível ganhar dinheiro em projetos sustentáveis, de que eles não são antagônicos com lucro, não era óbvia. Hoje estamos passando por uma fase de mudança. Os investidores não querem perder dinheiro, mas aceitam não ganhar tanto quanto em outros projetos.

Valor: O que falta para que os agentes privados financiem infra-

estrutura e inovação nos moldes necessários?

Arbache: Na América Latina de forma geral, faltam várias coisas, incluindo ambiente de negócios mais amigável, condições macroeconômicas mais estáveis e apontando crescimento econômico, mercado de capitais funcional e, claro, acesso a financiamento de longo prazo. No entanto, esses pontos não são suficientes. Também é importante a previsibilidade. Como investir em infraestrutura é muito arriscado, a decisão do investidor privado está diretamente associada à capacidade de identificar e mitigar riscos. É nesse contexto que marco regulatório estável e convergente com as melhores práticas internacionais, projetos bem desenvolvidos, dados e informações para avaliação e análise independente do projeto e, sobretudo, segurança jurídica ganham contornos importantes.

Valor: E como os bancos de desenvolvimento podem ajudar?

Arbache: Os bancos e agências multilaterais podem ajudar a tornar investimentos em infraestrutura mais atrativos para os privados. Oferecerem, entre outros, instrumentos financeiros catalisadores de recursos privados, como garantias parciais, garantias de primeiras perdas, apoio na emissão de bônus do projeto, financiamento estruturado, cofinanciamento e sindicalizações, seguros de risco político, ajuda no desenvolvimento de modelos de negócios inovadores, apoio ao desenvolvimento

do mercado de capitais, criação de fundos de infraestrutura, assistência técnica e assessoramento financeiro para governos estruturarem e implementarem concessões, leilões e PPPs [Parcerias Público Privadas]. Não é pouco.

Ainda associamos muito a agenda da sustentabilidade com um modelo convencional, de subsídios

Valor: A redução da atuação do BNDES pode atrair mais bancos privados, inclusive para a Agenda 2030?

Arbache: Estamos em uma transição nesse momento, mas estão se criando instrumentos para isso. O que conta a favor é que com esse ambiente macroeconômico de reformas e juros baixos, os fundos de pensão e outros investidores vão precisar encontrar oportunidades de financiamento. No casamento entre os recursos de quem depositou e quem vai tomar dívida, há um espaço para viabilizar esses projetos, e o mercado capitais começa a mostrar esse apetite. Se o Brasil seguir na rota certa, reorganizar a economia, fizer as reformas, como a da Previdência e a tributária, vai ter demanda para to-

dos. Dizer que bancos privados e públicos vão competir entre si, é falar bobagem.

Valor: O senhor vê espaços diferentes para atuação de bancos de desenvolvimento nacionais e regionais no caso brasileiro?

Arbache: Dentro da nova política para o BNDES, é provável que o banco foque mais em estudos de privatização, modelagem e preparação de projetos para leilões e concessões em infraestruturas prioritárias. E é provável que participe do financiamento daqueles projetos e privatizações em conjunto com outros bancos, incluindo privados e multilaterais, além de atuar mais fortemente no desenvolvimento do mercado de capitais. Quanto aos regionais, será preciso equacionar, primeiro, o funding, já que o BNDES era uma das fontes de recursos. Em segundo lugar, será preciso identificar uma agenda de trabalho mais clara. Um caminho é apoiar os subnacionais na busca de novas soluções para as imensas necessidades de investimentos em infraestrutura em nível regional. Esses bancos podem, e muito bem, contribuir para identificar e desenvolver bons projetos e alavancar novos recursos para esta agenda, inclusive em parceria com bancos multilaterais, agências internacionais e bancos privados, bem como ajudar a desenvolver o mercado de capitais. Sem bancos ativos e engajados, não se vai longe na agenda de longo prazo.

Conjugar meta de desenvolvimento e recursos do mercado é o maior desafio

Livia Ferrari e Mônica Magnavita
Para o Valor, de Belo Horizonte

A discussão sobre o novo papel dos bancos de desenvolvimento abrange uma questão complexa: como equilibrar sustentabilidade financeira, exigida pelos regulamentos do Banco Central a todo o setor bancário, e cumprimento da agenda social e de fomento, inerente às atividades dos BDs?

Não há resposta de um milhão de dólares para o dilema, relativamente novo. Até a década passada, os BDs tinham acesso a funding subsidiado e não precisavam captar recursos no setor privado. Hoje, diante da escassez, os BDs se viram forçados a buscar recursos no mercado para compor seus orçamentos, mas o êxito dessas operações está diretamente ligado a balanços financeiros saudáveis, com pouco risco. Sem um bom rating, o custo da captação vai às alturas, os financiamentos para os clientes passam a ter custos elevados.

“O grande desafio é depender de recursos do mercado e ao mesmo tempo atuar com o papel de desenvolvimento. Financiar um parque solar, com externalidades óbvias, mas que apresenta riscos, ou um supermercado, sem impacto social, mas com baixo risco? Não temos uma fórmula matemática para isso”, afirma Otávio Vianna, diretor fi-

nanceiro, de crédito e de tecnologia do BDMB.

Segundo ele, a partir do momento em que os BDs precisam ter boa classificação de risco, acentua-se a necessidade de diversificação das carteiras de financiamento, importante para melhorar a qualidade do rating. Apoiar a construção de um supermercado faz sentido como estratégia financeira.

Luis Alberto Esteves, economista-chefe do Banco do Nordeste, concorda que assumir riscos sem contar com funding público é decisão complexa. A instituição recebe recursos subsidiados do Fundo Constitucional, mas empenha esforços na diversificação de sua carteira. Recentemente, financiou R\$ 692 milhões para o grupo alemão Fraport, responsável pela modernização do aeroporto de Fortaleza. “É importante trabalhar com grandes grupos. A diversificação contribui para a rentabilidade. Como priorizo um grupo de alto risco, os pequenos produtores rurais, preciso fazer operações de pouco risco para garantir financiamento aos menores.”

Dada a restrição fiscal, o banco intensificou a prioridade às micro, pequenas e médias empresas. Em 2018, os financiamentos totais atingiram cerca de R\$ 30 bilhões, mais da metade destina-

do às MPMEs. Os critérios passam, ainda, pelos temas da Agenda 2030. Como há mais demanda por financiamento que recursos, o banco aumentou o nível de exigências. Não basta à empresa ter um bom balanço e garantias. É preciso que o projeto gere impactos positivos em linha com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

“Começamos a recusar projetos que não atendam aos critérios de sustentabilidade. Avaliamos se vai alterar o processo produtivo das famílias locais, se trará efeito positivo para a cadeia de produção local. Se a resposta for sim, terá prioridade”, diz.

Um consenso entre os BDs é sobre a necessidade de atuar em conjunto com o investidor, sobretudo com prefeituras, na estrutura do projeto, de modo a tornar viável sua execução e diminuir riscos. A atitude passiva — de esperar pela demanda e avaliar indicadores financeiros — pertence ao passado.

Os bancos passam a usar a experiência e conhecimento técnico adquiridos já no processo de formação do modelo do negócio. Iniciativas como essa contribuem para a resolução da questão retorno versus impacto social, mas não são definitivas. Até porque, como disse Juan Ketterer, do BID, correr riscos é parte do negócio de um banco de desenvolvimento. (LF e MM)

Instrumentos inovadores de apoio a projetos sustentáveis avançam na AL

De Belo Horizonte

Cerca de 60% das operações de financiamentos verdes na América Latina, com recursos internacionais, foram realizadas com bancos nacionais de desenvolvimento (BD) da região. E mais: 20% das emissões de green bonds na região foram apoiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e realizadas em parceria com BDs. Segundo Maria Netto, especialista da divisão conectividade, mercados e finanças do BID, crescem os instrumentos inovadores de apoio a projetos de sustentabilidade no continente latino-americano.

Para ela, os BDs na América Latina podem ter o papel de redirecionar financiamentos, e devem ser braço do governo para engajar o sistema financeiro e investimentos privados nas metas globais de sustentabilidade. A especialista do BID observa aumento da pressão de investidores privados pelo tema da sustentabilidade. “Começam a olhar os impactos desses investimentos. O mesmo ocorre com o sistema bancário e reguladores de mercado. É tendência internacional”, afirmou.

A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) também atua firme no mercado, com carteira no Brasil de € 1,9 bilhão, a quinta maior da agência no mundo, diz o

diretor regional Philippe Orliange. Desse total, € 450 milhões são financiamentos ao setor privado, € 1 milhão ao setor público com aval da União, para projetos de Estados e municípios, e € 450 milhões também ao setor público, sem aval da União, destinados a bancos de desenvolvimento e empresas de água e esgoto. “Operamos com base nos impactos que os financiamentos terão sobre questões de mudança climática”, diz Orliange. Na América Latina, a carteira da agência chega a € 8,5 bilhões.

No Brasil, são principalmente projetos de saneamento, obras de adaptação da infraestrutura a possíveis consequências do aquecimento global. “Com a redução dos volumes repassados pelo BNDES, bancos estaduais buscam captar recursos em outras fontes”, constata o executivo da agência francesa.

A AFD está negociando com o BDMG novo empréstimo a projetos relacionados a mudanças climáticas, a exemplo do firmado em 2013, no valor de € 50 milhões, que incluiu a despoluição da lagoa da Pampulha (BH). A melhoria na avaliação de risco do banco mineiro, que se descolou da avaliação de risco do governo do Estado, contribuiu para os entendimentos.

Sérgio Gusmão Suchodolski, presidente do BDMG, está conver-

sando também com o BID Invest para emissão de bonds verdes, ainda sem valor definido, e ampliação de linha de financiamento a empreendedoras mulheres, que já desembolsou R\$ 46 milhões. “Uma linha que atende a objetivos de igualdade de gênero, previstos na Agenda 2030, e cuja captação, pela primeira vez, será em moeda local”, destacou.

Com forte exposição junto a estados e municípios, a carteira do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) no Brasil soma US\$ 2 bilhões, com projetos de mobilidade, energia renovável, água e saneamento, educação e inovação digital. Na América Latina, o valor chega US\$ 25 bilhões. Segundo Ángel Cardenas, diretor de projetos da região Sul, é crucial o fator ambiental dos empreendimentos apoiados e, conforme o grau de sustentabilidade, é possível obter condições financeiras mais favoráveis.

“A demanda por investimentos em títulos verdes é hoje muito maior do que a oferta”, disse a diretora da Climate Bonds Initiative (CBI), Thatyanne Gasparotto. No Brasil, os primeiros papéis foram emitidos em 2015 por empresas e também pelo BNDES. Atualmente, os financiamentos verdes no país somam US\$ 5,6 bilhões, em projetos de energia limpa, agricultura, setor florestal e águas. (LF e MM)